



DECISÃO DE RECURSO

Recursos ao DREI 14021.011923/2025-10 e 14021.011929/2025-97

Processo JUCESP 151.00011347/2024-11 / REDREI 995267/24-8 (41300075336/35264388681)

Recorrente: BANCO RCI BRASIL S.A.

Recorrido: RCI PAGAMENTOS SA. LTDA.

I. Nome Empresarial. Semelhança.

II. Potencial erro ou confusão na identificação das sociedades. Observância ao §2º do art. 16 da Instrução Normativa DREI/MEMP nº 1, de 2025, que altera a Instrução Normativa DREI nº 81, de 2020.

III. Recurso conhecido e provido.

RELATÓRIO

1. Trata-se de Recursos ao DREI interpostos pela sociedade **BANCO RCI BRASIL S.A.**, nos termos da Lei n. 14.195, de 26 de agosto de 2021, que modificou o art. 35, § 2º, da Lei n. 8.934 de 1994, contra o arquivamento, na Junta Comercial do Estado de São Paulo, dos atos constitutivos sociedade **RCI PAGAMENTOS SA. LTDA.**
2. A sociedade empresária **BANCO RCI BRASIL S.A.** interpôs recurso a esta instância superior, sob a alegação de que o uso da marca "Banco "RCI" ou "RCI (sigla de Renault Crédit International) em conjunto com algum termo relacionado a meios de pagamentos ou financeiros, possui o sério potencial de induzir o consumidor em erro.
3. Devidamente notificada, a empresa recorrida não apresentou contrarrazões (fls. 186 a 189 do documento SEI 48202415).
4. A seu turno os autos do processo foram remetidos à consideração desta Diretoria Nacional Registro Empresarial e Integração (DREI).
5. Considerando os termos do art. 47 da Lei n. 8.934, de 18 de novembro de 1994, com redação dada pela Lei n. 13.874, de 20 de setembro de 2019, que atribui competência a este Departamento para julgar o recurso previsto no art. 44, III, da Lei n. 8.934, de 18 de novembro de 1994, assim como contemplado no art. 25 da Instrução Normativa DREI/MEMP n. 01, de 5 de janeiro de 2025, passa-se à análise.

FUNDAMENTAÇÃO

6. Objetiva o presente recurso analisar a existência de colidência, por semelhança, entre os nomes empresariais registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

7. O nome empresarial, para fins de proteção legal, consiste na proibição de registro de nome idêntico ou semelhante a outro anteriormente arquivado, respeitando-se o princípio da veracidade e da novidade, conforme disposto na Instrução Normativa DREI/MEMP n. 1, de 5 de janeiro de 2025, que estabelece a necessidade de adoção de um nome distinto para evitar erros e confusões na identificação das empresas. A exclusividade restringe-se ao território do estado, no caso das Juntas Comerciais, conforme exposto nos artigos 1.163 e 1.166 do Código Civil:

Art. 1.163. O nome de empresário deve distinguir-se de qualquer outro já inscrito no mesmo registro.
(...)

Art. 1.166. A inscrição do empresário, ou dos atos constitutivos das pessoas jurídicas, ou as respectivas averbações, no registro próprio, asseguram o uso exclusivo do nome nos limites do respectivo Estado.

Parágrafo único. O uso previsto neste artigo estender-se-á a todo o território nacional, se registrado na forma da lei especial.

8. Com a publicação da Instrução Normativa DREI/MEMP nº 1, de 5 de janeiro de 2025, foram atualizados os critérios para análise de identidade e de semelhança de nomes empresariais. Assim, o art. 16 da referida normativa define que:

Art. 16. Ficam estabelecidos os seguintes critérios para a análise de identidade e semelhança dos nomes empresariais, pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis – SINREM. § 1º A análise de expressões de fantasia ou criação e de nomes empresariais será orientada pela homonímia, a qual abrange grafia e pronúncia das palavras, compreendendo-se os institutos dos homônimos perfeitos e não perfeitos, seja pela homografia e homofonia: I - Identidade: homônimos perfeitos, seja homógrafos ou homófonos; II - Semelhança: homônimos não perfeitos, seja homógrafos ou homófonos, que não inibam a confusão entre os nomes empresariais comparados;

(...)

9. Além disso, o art. 16, §2º, estabelece que os nomes empresariais devem ser analisados por inteiro, exceto quando houver expressões de fantasia incomuns, que serão analisadas isoladamente, vejamos:

§ 2º Na análise:

I - entre firmas, consideram-se os nomes por inteiro;

II - entre denominações, consideram-se os nomes empresariais por inteiro, quando compostos por expressões de fantasia comuns, de uso comum ou popularizado; e

III - quando contiverem expressões de fantasia incomuns, serão estas analisadas isoladamente.

10. Adicionalmente, o art. 17 da mesma normativa esclarece que palavras genéricas ou expressões comuns de atividades não são passíveis de exclusividade, estas por si só, não conferem distinção relevante que justifique a alegação de colidência.

Art. 17. Não são exclusivas, para fins de proteção, palavras ou expressões que denotem:

a) denominações genéricas de atividades;

b) gênero, espécie, natureza, lugar ou procedência;

c) termos técnicos, científicos, literários e artísticos do vernáculo nacional ou estrangeiro, assim como quaisquer outros de uso comum ou popularizado;

d) nomes civis.

Parágrafo único. Não são suscetíveis de exclusividade letras ou conjunto de letras, desde que não configurem siglas ou criação.

11. No caso em questão, comparando-se os nomes por inteiro e a expressão incomum " RCI":

BANCO RCI BRASIL S.A.

RCI PAGAMENTOS SA. LTDA.

12. Entendemos que as denominações em questão podem causar confusão, pois ao analisar o nome empresarial, percebemos que não há elementos diferenciais significativos, provocando desta forma, potencial erro ou confusão na identificação das sociedades em questão.

13. Salientamos que o nome empresarial é o elemento identificador da empresa e recebe a tutela do ordenamento jurídico vigente em decorrência do arquivamento do ato constitutivo da sociedade empresarial na Junta Comercial. Caso o nome seja idêntico ou muito parecido ao de outro já inscrito, deverá o segundo ser alterado ou acrescentado de designação que os diferencie a fim de evitar qualquer confusão por parte dos consumidores ou do meio empresarial, incidindo-se, assim, o princípio da anterioridade.

14. Repisamos que as denominações em questão podem causar confusão, pois ao analisar o nome empresarial por inteiro, não há elementos diferenciais significativos, provocando desta forma, potencial erro ou confusão na identificação das sociedades em questão.

15. Dessa forma, com fundamento nos critérios estabelecidos pela Instrução Normativa DREI/MEMP nº 1, de 2025, conclui-se que há colidência, **por semelhança**, entre os nomes empresariais analisados. Portanto, não é possível a coexistência das denominações sociais sem prejuízo à identificação das respectivas sociedades empresárias.

CONCLUSÃO

16. Assim sendo, considerando os elementos de fato e de direito constantes deste processo, conclui-se pela colidência, **por semelhança**, dos nomes empresariais, a ponto de gerar potencial erro ou confusão na identificação das sociedades, de modo que somos pelo **CONHECIMENTO e PROVIMENTO do** recurso, visto que o nome empresarial da recorrida possui elemento significativo similar e homógrafo ao do nome empresarial daquele anteriormente registrado na mesma Junta Comercial, o que causa dificuldade de distinção entre si.

17. Isto posto, a Junta Comercial deve adotar o procedimento previsto nos §§ 5º a 6º do art. 62 do Decreto n. 1.800, de 30 de janeiro de 1996, *in verbis*, e art. 25 da Instrução Normativa DREI nº 1, de 5 de janeiro de 2025, ou seja, conceder à **RCI PAGAMENTOS SA. LTDA** o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de sua intimação da decisão do recurso, para que o nome empresarial seja alterado, sob pena de a Junta Comercial, de ofício, alterar o nome empresarial para o número de inscrição no CNPJ, seguido da partícula identificadora do tipo societário ou jurídico exigida por lei, sem prejuízo de posterior solicitação de alteração do nome empresarial pelo interessado.

Art. 62. O nome empresarial atenderá aos princípios da veracidade e da novidade e identificará, quando assim o exigir a lei, o tipo jurídico da sociedade.
(...)

§ 4º Eventuais casos de confronto entre nomes empresariais por semelhança poderão ser questionados pelos interessados, a qualquer tempo, por meio de recurso, nos termos de a do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração. (Incluído pelo Decreto n. 11.250, de 2022)

§ 5º Reconhecida a semelhança de que trata o § 4º, o Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração determinará ao interessado que o nome empresarial seja alterado no prazo de trinta dias, contado da data de sua intimação da decisão recurso. (Incluído pelo Decreto n. 11.250, de 2022)

§ 6º Encerrado o prazo de que trata o § 5º sem providências pelo interessado, a Junta

Comercial deverá, de ofício, alterar o nome empresarial para o número de inscrição CNPJ, seguido da partícula identificadora do tipo societário ou jurídico, quando exigida por lei, sem prejuízo de posterior solicitação de alteração do nome empresarial pelo interessado. (Incluído pelo Decreto n. 11.250, de 2022) (Grifamos)

MIRIAM DA SILVA ANJOS

Coordenadora

REGIANI OLIVEIRA DE PAULA

Coordenadora Geral de Normas

De acordo.

Adotando a fundamentação acima, e com base na competência que me foi atribuída pelo art. 47 da Lei n. 8.934, de 18 de novembro de 1994, com redação dada pela Lei n. 13.874, de 20 de setembro de 2019, **DOU PROVIMENTO** ao Recurso ao DREI nº 14021.011923/2025-10, para que seja determinada a alteração do nome empresarial da sociedade **RCI PAGAMENTOS SA. LTDA**, na Junta Comercial do Estado de São Paulo, uma vez que há colidência, por semelhança, entre nomes empresariais, nos termos do art. 16 da Instrução Normativa DREI/MEMP nº 1, de 5 de janeiro de 2025, devendo a Junta Comercial adotar procedimento previsto no art. 25, §3º da Instrução Normativa DREI/MEMP nº 1, de 2025, consoante disposto nos parágrafos 5º e 6º do art. 62 e 62-A do Decreto n. 1.800, de 30 de janeiro de 1996, ou seja, conceder à **RCI PAGAMENTOS SA. LTDA** o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de sua intimação da decisão do recurso, para que o nome empresarial seja alterado, sob pena de a Junta Comercial, de ofício, alterar o nome empresarial para o número de inscrição no CNPJ, seguido da partícula identificadora do tipo societário ou jurídico, exigida por lei, sem prejuízo de posterior alteração do nome empresarial pelo interessado.

Oficie-se à Junta Comercial do Estado de São Paulo, para que dê ciência às partes da presente decisão.

Publique-se e archive-se.

FLÁVIA REGINA BRITTO GONÇALVES

Diretora Nacional de Registro Empresarial e Integração



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Regina Britto Gonçalves, Diretor(a)**, em 28/03/2025, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam da Silva Anjos, Coordenador(a)**, em 28/03/2025, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regiani Oliveira de Paula, Coordenador(a)-Geral**, em 28/03/2025, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **48671782** e o código CRC **E8DDDCD0**.

Referência: Processo nº 14021.011923/2025-10.

SEI nº 48671782